



CULTURA POLÍTICA E ADESÃO À HIPÓTESE DE UM GOVERNO MILITAR NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO (2020)

*Bruno Mello Souza*¹

Leticia Menezes Fonseca[#]

Anna Heloíza Dias Gonçalves da Silva^{**}

Vitória Emanuely de Oliveira Silva^{***}

Resumo

O objetivo geral deste artigo é verificar, pelo prisma da cultura política e da opinião pública, de forma comparativa possíveis diferenças entre aqueles que apoiariam e aqueles que não apoiariam a hipótese de um governo militar no Brasil. A metodologia utilizada é de natureza quantitativa e descritiva, estabelecida a partir do banco de dados do Latinobarômetro de 2020, com foco no caso brasileiro. Para efeitos de operacionalização da proposta engendrada pelo presente artigo, foram realizados cruzamentos entre diversas questões, sendo que como variável dependente estava a hipótese de apoio a um governo militar no país, e como variáveis independentes tínhamos avaliação da situação econômica do país; satisfação com a democracia; confiança nas Forças Armadas; confiança no Congresso Nacional; confiança no governo do país; confiança nos partidos políticos; confiança na instituição eleitoral do país- no caso, o TSE; confiança nos meios de comunicação; autoposicionamento na escala esquerda-direita; percepção sobre Jair Bolsonaro. O resultado apontou como dimensões relevantes estatisticamente: avaliação da economia; satisfação com a democracia; confiança nas Forças Armadas; confiança no governo; confiança nos meios de comunicação; autoposicionamento na escala esquerda-direita; e percepção sobre Bolsonaro.

Palavras-chave

Cultura Política;
Opinião Pública,
Democracia;
Governo Militar.

¹ Professor da Universidade Estadual do Piauí, e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br.

^{#1} Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Bolsista voluntária PIBIC-UESPI. E-mail: leticiamf@aluno.uespi.br.

^{**1} Graduada do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. E-mail: annahellodias@gmail.com.

^{***1} Estudante do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: vitoriaemanuelydeosilva@aluno.uespi.br.

POLITICAL CULTURE AND ENDORSEMENT OF A HYPOTHETICAL MILITARY GOVERNMENT IN BRAZIL: A STUDY OF LATINOBARÓMETRO (2020) DATA

Abstract

The general purpose of this article is to comparatively examine, from the perspective of political culture and public opinion, the potential differences between individuals who support and those who oppose the notion of a military government in Brazil. For this study, we employed quantitative and descriptive methodology, utilizing the 2020 Latinobarómetro database as a primary source. We conducted cross-analyses among various questions to implement the proposal outlined in this article. The dependent variable was the hypothesis of support for a military government in the country, while the independent variables included the assessment of the country's economic situation; level of satisfaction with democracy; trust in the Military Forces; trust in the National Congress; trust in the country's government; trust in political parties; trust in the country's electoral institution - in this case, the Superior Electoral Court (TSE); trust in the media; self-positioning in the left-right scale; perception of Jair Bolsonaro. The research's result indicated as statistically relevant dimensions: the economy's evaluation; satisfaction with democracy; trust in the Military Forces; trust in the government; trust in the media; self-positioning in the left-right scale; and perception of Bolsonaro.

Keywords

*Political Culture;
Public Opinion;
Democracy;
Military Government.*

Introdução

O recente governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por uma forte presença das Forças Armadas. Essa presença é notada, por exemplo, a partir de dados levantados por Flávia Schmidt (2022), que mostram especial crescimento a partir do ano em que Bolsonaro assume o Governo Federal. Para além dos números, o discurso apresentado pelo ex-Presidente sempre foi de forte apelo às Forças Armadas e a seus valores. A história recente do Brasil ficou marcada pelos infames movimentos de 8 de janeiro de 2023, quando ocorreu uma tentativa de golpe de Estado, com a invasão dos prédios dos Três Poderes por parte de um grupo de pessoas que clamavam por intervenção militar. Esses clamores, por sinal, estiveram presentes em uma série de manifestações ocorridas ao longo do período do governo anterior (Vieira, 2020; G1, 2020; CNN Brasil, 2020).

Dado este contexto, torna-se fundamental examinar a aderência que os brasileiros têm apresentado em relação à hipótese de um governo militar. O processo de radicalização de setores da população coloca em xeque os valores democráticos no país. Assim, a perspectiva deste artigo ancora-se está na ideia de que a construção da democracia não se limita ao desenho institucional e procedimental. As crenças, valores, comportamentos e atitudes presentes na sociedade também cobrarão um papel relevante para a compreensão do funcionamento da democracia em um país. Assim, entender o que a população pensa, como ela interpreta e avalia o regime político e suas instituições, pode colaborar para a compreensão dos

desenvolvimentos políticos e institucionais em determinados panoramas. Do ponto de vista teórico, essa ideia está apoiada principalmente nos estudos de Cultura Política, que possuem como marco a obra *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1965), na qual os autores buscam estabelecer que requisitos comportamentais e atitudinais seriam mais favoráveis para o florescimento da democracia. Apesar das críticas pertinentes existentes acerca desse estudo inaugural (Castro, 2008), fato é que tal abordagem ofereceu um instrumental empírico e analítico de grande valor, ao utilizar pesquisas de tipo survey para análises agregadas das posturas dos indivíduos.

Assim, partindo-se da importância da compreensão das maneiras pelas quais os indivíduos estruturam suas crenças, atitudes e comportamentos, e suas implicações para o regime democrático, o presente artigo se propõe a realizar uma análise acerca de possíveis relações entre, por um lado, a confiança que os brasileiros possuem nas instituições, o posicionamento ideológico, a avaliação sobre a democracia e, por outro, a adesão à hipótese de um governo militar. A pergunta de pesquisa, portanto, é a seguinte: até que ponto a confiança política, a postura ideológica e a avaliação sobre o regime democrático podem influenciar na adesão dos brasileiros à possibilidade de instauração de um governo militar?

O objetivo geral deste artigo é verificar, pelo prisma da cultura política e da opinião pública, de forma comparativa possíveis diferenças entre aqueles que apoiariam e aqueles que não apoiariam a hipótese de um governo militar no Brasil. Originados deste objetivo, a pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: (1) verificar as diferenças de avaliação da situação econômica do país entre aqueles que apoiariam e aqueles que não apoiariam um governo militar; (2) examinar a satisfação com a democracia entre os que apoiariam e não apoiariam um governo militar; (3) analisar possíveis diferenças entre os que apoiariam e os que não apoiariam um governo militar em termos de confiança nas instituições; (4) comparar o posicionamento ideológico daqueles que apoiariam e aqueles que não apoiariam um governo militar; (5) verificar as diferenças de percepção sobre o ex-Presidente Jair Bolsonaro entre os que apoiariam e os que não apoiariam a hipótese de governo militar no país.

A metodologia utilizada é de natureza quantitativa e descritiva, estabelecida a partir do banco de dados do Latinobarômetro de 2020, com foco no caso brasileiro. O consórcio Latinobarômetro realiza, desde meados dos anos 1990, um amplo estudo sobre opinião pública, aplicando anualmente de 20.000 questionários nos países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com exceção de Cuba) (Latinobarômetro, 2020). Neste survey, são levantadas questões relacionadas à confiança nas instituições, à relação dos cidadãos com a democracia, percepções sobre a economia e o governo, entre outras. Para efeitos de operacionalização da proposta engendrada pelo presente artigo, serão realizados cruzamentos entre diversas questões, sendo que como variável dependente estará a hipótese de apoio a um governo militar no país. Como variáveis independentes, temos: (1) avaliação

da situação econômica do país; (2) satisfação com a democracia; (3) confiança nas Forças Armadas; (4) confiança no Congresso Nacional; (5) confiança no governo do país; (6) confiança nos partidos políticos; (7) confiança na instituição eleitoral do país- no caso, o TSE; (8) confiança nos meios de comunicação; (9) autopoicionamento na escala esquerda-direita; (10) percepção sobre Jair Bolsonaro.

A importância deste estudo remete a duas dimensões: em primeiro lugar, à dimensão teórica, uma vez que a realidade prática contemporânea, pautada por discursos extremistas e antidemocráticos, se impõe, e demanda um diálogo com a teoria da cultura política e com os estudos de opinião pública, que postulam justamente que a postura dos cidadãos possui repercussões sobre o regime político; e em segundo lugar, à dimensão prática, pois o estabelecimento de uma compreensão acerca desses fenômenos de opinião pública pode servir como instrumento reflexivo-analítico para que se encontrem caminhos de estimular uma revalorização da democracia em seu sentido substantivo, uma vez que o cenário atual tem sido em boa medida pautado por posturas de desvalorização e questionamento da democracia vigente no Brasil.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em mais três seções. A próxima seção realiza um breve apanhado teórico acerca do conceito de cultura política e de sua importância para se pensar o regime democrático. Em seguida, fazemos uma contextualização do cenário brasileiro e das relações das Forças Armadas com a política do país, com enfoque especial em sua ascendência após a ditadura, culminando na participação bastante substantiva de alguns de seus quadros no Governo Bolsonaro. E na sequência apresentamos os dados empíricos encontrados na base do Latinobarômetro de 2020, relacionando aspectos da cultura política no país com a adesão, ou não, à hipótese de um governo militar neste contexto.

A abordagem da cultura política em estudos sobre democracia

Quando se estuda contextos democráticos, existem distintas possibilidades de abordagem: existem autores que conferem atenção maior à democracia como um método de escolha de representantes a partir das elites políticas (Schumpeter, 1961); há os que fazem um resgate histórico, buscando analisar suas origens e desdobramentos (Bobbio, 2000); outros estabelecem parâmetros para que se direcione o regime para uma maior igualdade política (Dahl, 2001); e há a perspectiva traçada nos estudos de cultura política, que inserem de forma mais contundente as opiniões, crenças, comportamentos, atitudes e valores dos cidadãos como elemento analítico relevante (Almond e Verba, 1965).

De maneira geral, pode-se afirmar que a cultura política trabalha a partir das perspectivas que os cidadãos desenvolvem em relação à política e suas instituições. Nesse sentido, tanto a compreensão e as orientações acerca do sistema político e das instituições, quanto a confiança e o respaldo no bom funcionamento dessas mesmas esferas podem gerar um processo de participação e colaboração efetiva da

sociedade nos processos decisórios (Souza, 2016). O conceito de cultura política tem suas origens em um contexto no qual se enfrentava uma crise nas crenças acerca do triunfo da racionalidade humana e na liberdade. Tal crise, em grande medida, vinculou-se à ascensão do Fascismo e do Comunismo após a I Guerra Mundial. Estes eventos semearam dúvidas no que concerne à crença na inevitabilidade da democracia no Ocidente e colocaram sob questionamento o futuro da democracia em escala mundial (Almond e Verba, 1965).

Almond e Verba (1965) são os autores da obra que serviu como base fundamental para os estudos de cultura política na perspectiva da Ciência Política, *The civic culture*. Nela, os pesquisadores definem cultura política, de maneira geral, como o processo por meio do qual as orientações e atitudes dos indivíduos se estruturam em relação ao sistema político e às suas instituições. Assim, seu enfoque direciona-se ao modo como os sujeitos se relacionam com o ambiente institucional e com as maneiras por meio das quais a política se desenvolve em diferentes contextos. A partir desta premissa, o Estado democrático possuiria o papel de fornecer ao cidadão comum a oportunidade para se posicionar como parte do processo decisório. Desse modo, o modelo democrático necessitaria de algo mais do que a pura e simples existência de instituições formais, uma vez que instituições desse tipo podem ser encontradas também em regimes autoritários, dando um verniz procedimental esvaziado de conteúdo democrático substantivo, em um ambiente no qual se cria um hiato entre o cidadão e os representantes políticos. Assim, o elemento diferenciador e a necessidade para que se estabeleça uma democracia efetiva dizem respeito a uma cultura política democrática (Almond e Verba, 1965). Os autores sublinham que a cultura política está relacionada com fatores que remetem à formação histórica de um país e que geram características que dizem respeito às predisposições atitudinais dos sujeitos em relação à política.

Posteriormente, tais estudos foram desenvolvidos por Ronald Inglehart (1990), que agregou o elemento temporal e geracional, vinculado ao desenvolvimento econômico, como aspecto significativo para fomentar uma cultura política mais democrática, pautada por valores pós-materialistas. Robert Putnam (1996), por sua vez, ao comparar as regiões norte e sul da Itália, encontra no capital social, constituído por confiança interpessoal e institucional, a explicação para gerar maior eficiência administrativa das instituições.

No Brasil e na América Latina, existem autores que têm desenvolvido um notável trabalho a partir da vertente culturalista na Ciência Política, especialmente a partir dos anos 1990. Vale mencionar José Álvaro Moisés (1995), que em sua obra *Os Brasileiros e a Democracia* examina as relações que os brasileiros possuem com a democracia, e constata a existência de um paradoxo da legitimidade democrática, em que ocorreria uma convivência entre apoio normativo ao regime e padrões de insatisfação e desconfiança para com o desempenho das instituições, colocando em questionamento a democracia realmente existente no país. Marcello Baquero (2006), por sua vez, afirma que aspectos como as profundas desigualdades econômicas, a violência e a falta de acesso à saúde nos países latino-americanos acabam sendo um entrave para o desenvolvimento pleno da democracia na região. O

autor defende que um regime democrático, para ser verdadeiramente inclusivo, deve ultrapassar a dimensão formal e procedimental, agregando à forma moldada pelas instituições, um conteúdo de cidadania e protagonismo dos sujeitos. Henrique Castro (2008), dentro da mesma linha de análise, ressalta a importância de pensar a cultura política de forma adaptada às distintas realidades, para que seu desenvolvimento liberte-se das amarras etnocêntricas implicadas em um modelo “engessado” na perspectiva anglo-saxônica, sem, no entanto, desprezar a importância desse tipo de abordagem dentro da Ciência Política para a compreensão dos fenômenos sociopolíticos em nossos países.

Ditadura militar, transição pactuada e suas possíveis repercussões na democracia brasileira

A partir de uma perspectiva histórica, os pilares da democracia passaram por uma fragilização institucional entre 1961 e 1964, quando o vice-presidente João Goulart era posto ao cargo máximo da República. Chegando ao poder, Goulart possuía índices satisfatórios nas pesquisas de opinião pública quanto ao seu programa reformista, que propunha ampla intervenção do Estado na economia e o direito de voto aos analfabetos (Sá Motta, 2014). Isso gerava descontentamento entre a ala conservadora do Congresso Nacional, que via seu envolvimento com o sindicalismo e o setor proletário como um sinal de tendência comunista a ser evitada. Com um governo marcado pela radicalização ideológica, a cultura política durante o período estava estremecida e polarizada devido ao embate entre duas interpretações distintas sobre o processo de modernização e reformas sociais (Fernandes, 2023). O temor público em relação a uma possível ameaça à ordem foi um fator fundamental para a crise no sistema político em 1964, gerando um contexto de temor da instauração do Comunismo no Brasil e de aumento do apoio à intervenção das Forças Armadas. Nesse sentido, a mobilização de parte significativa da população, aliada à união das elites políticas e econômicas, resultou na deposição de Jango do poder e concedeu o protagonismo militar autoritário, que se manteve no topo da pirâmide do poder executivo por 21 anos (Fernandes, 2023).

Ao analisar a cultura política desse período, é evidente que houve flutuações na percepção da inclinação de João Goulart em relação à esquerda radical. A população brasileira da época frequentemente interpretou essa inclinação como uma abordagem comunista, o que, por sua vez, influenciou esses cidadãos a apoiarem a instauração do autoritarismo, justificando-o como um meio de manter a ordem (Sá Motta, 2014). Paradoxalmente, enquanto as pesquisas pintavam um quadro de apoio entusiasmado a João Goulart e suas reformas, algumas sondagens da opinião pública revelaram um reforço significativo ao golpe por parte da sociedade civil. A contraditoriedade implica que uma parte da população que apoiava Jango estava disposta a aceitar a intervenção militar em seu governo, lançando luzes a essa questão paradoxal e seus desdobramentos na política da época, como as campanhas anticomunistas, habilmente ligando Goulart ao “perigo vermelho”. Além disso, as opiniões traçaram um mosaico diversificado, refletindo as nuances de uma nação marcada por diferenças regionais, além da ocorrência de

eventos como o comício na Central do Brasil, que dava vida às esperanças nas intenções reformistas do presidente, mas também evocava receios de uma possível guinada à esquerda (Sá Motta, 2014)

Após a deposição de Jango, ocorreram transformações significativas na estrutura política, econômica e social do país. O desenvolvimento econômico e projetos de expansão do capitalismo foram fatores importantes para a aprovação daqueles que queriam eliminar o 'perigo vermelho' da nação brasileira. No entanto, as restrições às ações do Estado foram completamente alteradas, e as barreiras entre direitos humanos e a coerção violenta do regime contra possíveis opositores foram eliminadas. Desse modo, a dimensão poliárquica para uma democracia saudável foi abandonada rapidamente com a extinção do pluripartidarismo, dando lugar a um sistema bipartidário com partidos denominados Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava uma "oposição consentida", e Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido dos incumbentes autoritários, além de censura aos meios de comunicação e proibição de direitos políticos (Vizeu, 2019).

A partir de meados dos anos 70, o presidente militar eleito por pleito indireto, Ernesto Geisel, planejava uma distensão política de caráter 'lento, gradual e seguro', com o objetivo de garantir maior estabilidade institucional ao regime ditatorial e reduzir a influência militar sobre os assuntos políticos do país (Vizeu, 2019). Sabendo da insustentabilidade de um regime político autoritário a longo prazo, Geisel visava afrouxar as amarras e descomprimir lentamente o sistema estatal da época.

Com uma economia entrando em fase de crise, ele optou por interferências estatistas diante dos desafios econômicos, resultando na instabilidade do controle militar sobre o processo político brasileiro (Codato, 2006). Esse momento de desequilíbrio na máquina estatal foi resultado de fatores internos e externos, como os conflitos ideológicos e disputas internas pela liderança dentro das próprias Forças Armadas, que não só ameaçaram a coesão da instituição, mas também afetaram a hierarquia militar, favorecendo o processo de transição política, a continuidade de medidas autoritárias que negligenciavam os direitos fundamentais e a liberdade de expressão.

Desse modo, passa-se a estabelecer a transição à democracia no país a partir de 1974, estendendo-se até 1985, por meio de um processo amplamente negociado e pactuado (Arturi, 2001; Munck & Leff, 1997; O'Donnell & Schmitter, 1988). Iniciado em um contexto no qual o regime autoritário ainda colhia frutos positivos na economia, a transição à democracia no panorama brasileiro foi marcada por concessões parciais por parte da ditadura (Souza; Gallo, 2017). Nesse sentido, podem ser mencionados como exemplos a revogação de algumas normas de exceção e a própria edição da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979).

Durante a abertura política de Figueiredo, o processo de liberalização política foi marcado por uma série de medidas, como eleições relativamente livres e normalização do exercício parlamentar, reformulando o cenário conservador e abrindo espaço para a Nova República entre o período de 1985 até o final da década

de 1990, o que abriu possibilidades para um regime liberal-democrático que colocava o voto como elemento central dessa nova estrutura de governo, na qual Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso desempenharam papéis importantes (Codato, 2006). Entretanto, cabe enfatizar que, mesmo neste cenário, o controle do processo permaneceu inicialmente o tempo todo nas mãos das Forças Armadas e seus apoiadores (Arturi, 2001). Isso representa a continuidade da influência militar no processo de transição democrática.

Autores como O'Donnell e Schmitter (1988), ao abordarem transições à democracia ao redor do mundo, sugerem, de modo geral, que quanto mais controlado o processo transicional por parte dos setores que estavam nas estruturas de poder durante o período autoritário, maiores seriam os obstáculos para que as novas democracias superassem legados do autoritarismo. Tal abordagem encontra correspondência, portanto, com o caso brasileiro, no qual os incumbentes da ditadura detiveram grande controle da passagem da ditadura à democracia no país. Desse modo, parte-se da premissa de que regimes ditatoriais deixam certos legados, que se mantêm mesmo com o fim do autoritarismo e a implementação da democracia. Estes legados podem ser institucionais, como no caso das prerrogativas militares ou da legislação e de procedimentos jurídicos que não se alteraram desde a ditadura. Ademais, manteve-se, no período da Nova República do Brasil, uma forte ascendência das Forças Armadas sobre a política, conectando a institucionalidade com a cultura política dos cidadãos, materializando-se na defesa de lideranças políticas autoritárias, de valores que vão na contramão daqueles cultivados em uma perspectiva democrática, que só alcançaria êxito a partir de um entendimento dos processos democráticos (Neto, 1991), e do papel do Estado nesses processos.

Nessa esteira, o ano de 2018 foi marcado pela ascensão e eleição para a presidência da República de uma liderança - Jair Bolsonaro - com esses traços. A retórica bolsonarista caracteriza-se por um discurso militarista, autoritário, e de contestação aos direitos humanos. A título de exemplo dessa reverberação, o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018 indica que 56% dos brasileiros concordam, em alguma medida, que as minorias devem se adaptar às vontades da maioria. Mais do que isso, quase 40% dos entrevistados afirmavam que os desejos da maioria devem sempre prevalecer, mesmo que isso afete os direitos das minorias. Não bastasse isso, os últimos anos têm sido marcados por um apelo constante de parcela significativa da população a uma suposta “intervenção militar constitucional” (Vieira, 2020; G1, 2020; CNN Brasil, 2022). Desse modo, torna-se importante examinar de que modo certos parâmetros avaliados a partir da ótica da cultura política se materializam em maior ou menor apoio à hipótese de instauração de um governo militar no Brasil.

Dados empíricos: aspectos da cultura política e hipótese de adesão a um governo militar no Brasil

Nesta seção, passamos a examinar dados referentes a aspectos concernentes à cultura política e a adesão, ou não, à hipótese de um governo militar entre os

brasileiros. Foram realizados cruzamentos, via pacote estatístico PSPP, partindo das seguintes variáveis independentes: (1) avaliação da situação econômica do país; (2) satisfação com a democracia; (3) confiança nas Forças Armadas; (4) confiança no Congresso Nacional; (5) confiança no governo do país; (6) confiança nos partidos políticos; (7) confiança na instituição eleitoral do país- no caso, o TSE; (8) confiança nos meios de comunicação; (9) autopoicionamento na escala esquerda-direita; (10) percepção sobre Jair Bolsonaro. Por outro lado, adotou-se como variável dependente a adesão à hipótese de um governo militar no Brasil. Inicialmente compilamos os resultados do teste do Qui-Quadrado, para verificar a existência ou não de associação entre cada variável independente e a variável dependente .

Tabela 1 - Teste do qui-quadrado entre as variáveis selecionadas em relação ao apoio à hipótese de regime militar no Brasil

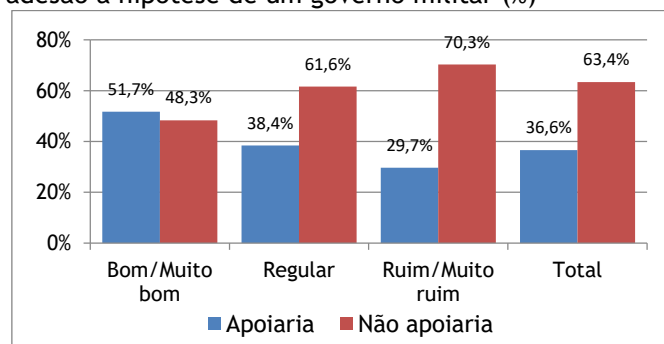
Variável	χ^2	p
Avaliação da economia	28,58	p<0,05
Satisfação com a democracia	26,75	p<0,05
Confiança nas Forças Armadas	47,94	p<0,05
Confiança no Congresso Nacional	1,45	p>0,05
Confiança no governo	43,65	p<0,05
Confiança nos partidos	0,04	p>0,05
Confiança no TSE	0,71	p>0,05
Confiança nos meios de comunicação	6,42	p<0,05
Escala esquerda-direita	48,79	p<0,05
Percepção sobre Bolsonaro	135,28	p<0,05

n= 1204

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Latinobarômetro (2020).

A partir do teste do qui-quadrado, é possível perceber que as variáveis que se associaram de alguma maneira à aceitação ou não da hipótese de um regime militar no país foram: avaliação da economia; satisfação com a democracia; confiança nas Forças Armadas; confiança no governo; confiança nos meios de comunicação; autopoicionamento na escala esquerda-direita; e percepção sobre Bolsonaro. Levando-se em consideração tais associações, é sobre estas variáveis, cruzadas com o apoio à possibilidade de um governo militar, que colocaremos nossos foco. O Gráfico 1 apresenta a relação entre a avaliação da situação econômica do país e a aceitação da ideia de um regime militar no Brasil.

Gráfico 1- Avaliação da situação econômica do país e adesão à hipótese de um governo militar (%)

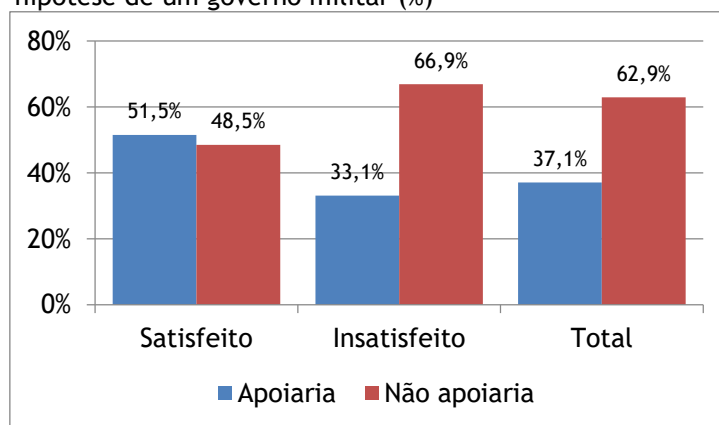


n = 1204

Fonte: Latinobarômetro (2020).

O gráfico indica uma tendência bastante clara: quanto melhor a avaliação que se fazia da economia no ano de 2020, maior o apoio à hipótese de um governo militar. Uma possível inquietação que pode ocorrer ao examinar este dado é: como pode um eleitor satisfeito com a economia em um momento no qual está em funcionamento um regime democrático apoiar a ideia de um regime militar? A resposta a tal inquietação demanda um necessário entendimento do contexto que o país vivenciava naquele ano. O governo da vez era o governo de Jair Bolsonaro. Desse modo, em um momento crítico como foi 2020, em um cenário em que a pandemia de Covid 19 assolava o planeta, prejudicando economias ao redor do mundo, a tendência é de que aqueles que manifestaram satisfação com a economia do país fossem justamente os simpatizantes do governo, especialmente se considerarmos a condução desastrosa adotada pelo presidente e seus apoiadores, que se recusavam a adotar uma articulação adequada com os entes federativos para combater o vírus de acordo com as recomendações da ciência e, por consequência, recuperar a economia do país com maior velocidade (Almeida; Garrido, 2022). Não é segredo que Jair Bolsonaro formou um governo fortemente ocupado por militares (Schmidt, 2022). Além disso, o ex-presidente era um notório entusiasta do regime militar no país (Uol, 2022; Poder 360, 2022). Desse modo, não surpreende que, se os mais satisfeitos com a economia no governo Bolsonaro eram apoiadores deste, e que este, por sua vez, manifestou inúmeras vezes simpatia pelo regime militar no país, então os apoiadores de Bolsonaro tendam a, também, manifestar uma maior simpatia pela ideia de um governo militar no Brasil. Uma outra variável que apresentou relação com a adesão à hipótese militar no teste do qui-quadrado foi a satisfação com o regime democrático. O Gráfico 2 apresenta este cruzamento.

Gráfico 2 - Satisfação com a democracia e adesão à hipótese de um governo militar (%)



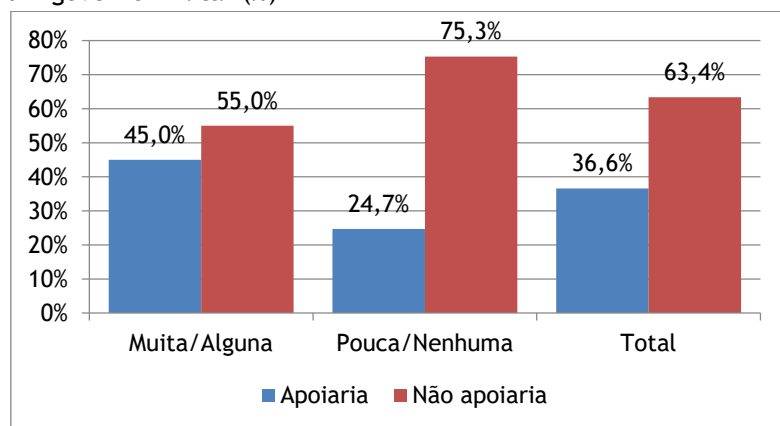
n=1204

Fonte: Latinobarômetro (2020).

No que diz respeito à relação entre avaliação do regime democrático no Brasil e o apoio à hipótese de um governo militar, a tendência encontrada é bastante curiosa. Percebe-se que existe uma proporção maior de apoio à tentativa autoritária entre os indivíduos que avaliavam positivamente a democracia em 2020 (51% de apoio, contra 33% dos insatisfeitos). A pergunta óbvia a se fazer é: como a probabilidade de alguém que esteja feliz com a democracia apoiar uma ruptura com o regime

pode ser maior do que a de alguém que esteja descontente? É uma questão a princípio difícil de compreender, mas se entendermos o contexto, dialogando, por exemplo, com os achados em relação à avaliação da situação econômica do país (Gráfico 1), podemos encontrar um caminho explicativo. Assim como podemos partir do princípio de que os mais satisfeitos com a economia eram os apoiadores do governo daquele momento, o mesmo pode ser aplicado em relação à satisfação com o regime. Possivelmente, uma boa parcela dos satisfeitos com o regime em 2020 assim o estavam justamente por verem no poder um candidato que os representava. Desse modo, a satisfação com o regime democrático naquele momento poderia estar, em alguma medida, vinculada à satisfação com o governo; e a satisfação com o governo, vinculada ao apoio a Bolsonaro, um entusiasta do regime militar (Uol, 2022; Poder 360, 2022). Nesse sentido, é necessário salientar ainda, que, entre grupos de extrema-direita, o próprio significado do conceito de democracia fica, em certa medida, esvaziado. Cabe recordar que existe no país uma tendência de revisionismo histórico, encampado pelo bolsonarismo, que reescreve a história abordando o golpe militar de 1964 como um processo de defesa e preservação da democracia (Zimmermann, 2023). Além disso, essa divergência relacionada à anuência dos valores democráticos em conjunto com a proeminente aceitação da possibilidade de um governo militar está vinculada a fatores como, a título de exemplo, uma cultura política de caráter hibridista (Baquero, 2008). Por um lado, observamos a consolidação da democracia brasileira como poliarquia, tanto em seus aspectos normativos quanto procedimentais, após o período de transição democrática. Por outro lado, uma considerável maioria de cidadãos permanece constantemente frustrada e insatisfeita com o regime, alegando que este não atende às suas demandas e expectativas (Baquero, 2008).

Gráfico 3 - Confiança nas Forças Armadas e adesão à hipótese de um governo militar (%)



n=1204

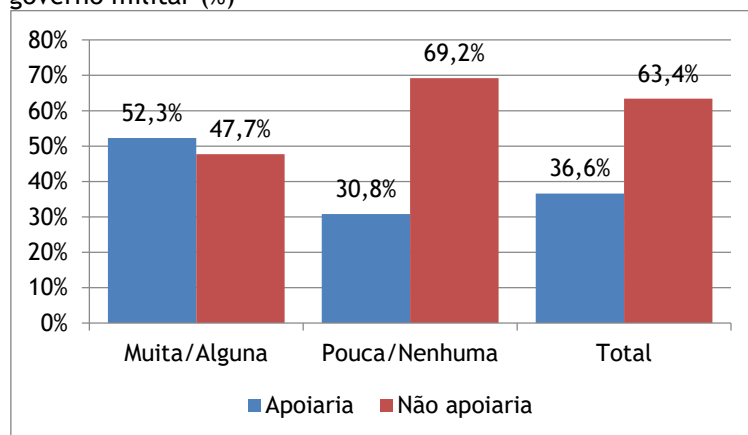
Fonte: Latinobarômetro (2020).

Acrescente-se ainda, ao interpretar os dados do Gráfico 2, que a alta aceitação dos entrevistados no que tange a um governo militar, apesar do alinhamento com os valores democráticos, também está ligada à herança histórica dos períodos autoritários anteriores, que ainda persiste na cultura política brasileira (Moisés, 1995). A partir dessa compreensão do cenário abordado, torna-se menos exótica a

associação entre satisfação com a democracia e apoio a um hipotético golpe militar no contexto do Brasil de 2020. A sequência de variáveis examinadas traz, a partir daqui, o cruzamento entre questões relacionadas à confiança em diversas instituições e o apoio a um governo militar. Iniciamos com o gráfico que traz o possível enlace entre confiança nas Forças Armadas e a adesão à ideia de que estas governem o Brasil.

No que diz respeito à confiança nas Forças Armadas, em ambos os casos, de confiança ou desconfiança, a opinião pública predominantemente não apoiaria um governo militar. Porém, ainda assim, as diferenças são notáveis. Enquanto entre aqueles que manifestam muita ou alguma confiança, 55% dos indivíduos não apoiariam um regime militar, entre os que confiam pouco ou nada nos militares e a repulsa a tal hipótese é muito mais contundente: neste grupo, 75% dos entrevistados rejeitam a ideia de um governo militar. Isto é, apesar de existir um espírito predominantemente democrata quando vislumbramos os dados de maneira ampla, quando examinamos os subgrupos, existem diferenças significativas, a partir das quais pode-se observar que aqueles que confiam nas Forças Armadas no Brasil tendem a, em maior proporção, oferecer respaldo a um hipotético golpe militar. Dessa maneira, é perfeitamente possível estabelecer uma relação entre uma transição altamente controlada pelos militares no Brasil (O'Donnell; Schmitter, 1988; Munck; Leff, 1997; Arturi, 2001) com a manutenção de uma certa ascendência sobre a política mesmo em sua fase democrática: os militares são vistos, ainda, como atores relevantes e legítimos dos processos políticos no país por uma parcela não desprezível dos cidadãos. Outra variável que poderia ter repercussão sobre o processo é o apoio ao governo de Bolsonaro em 2020. Como visto anteriormente, certos níveis de satisfação naquele momento, mesmo que num ambiente procedimentalmente democrático, dialogam com o apoio à hipótese de um regime militar. Vejamos se existe repercussão semelhante quando examinamos o apoio ao governo.

Gráfico 4 - Confiança no governo e adesão à hipótese de um governo militar (%)

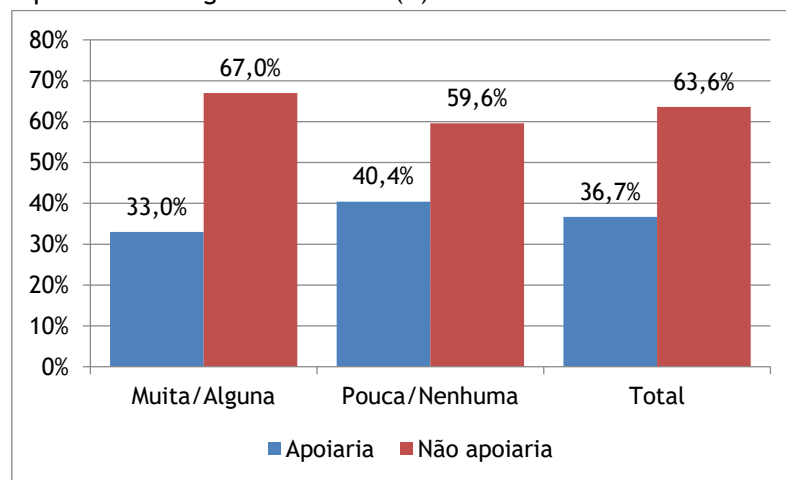


n=1204

Fonte: Latinobarômetro (2020).

Os dados referentes à confiança no governo Bolsonaro em 2020 são eloquentes. Enquanto entre os sujeitos que manifestaram confiança no governo, a maioria (52%) demonstrava simpatia pela ideia de um governo militar, entre os que não confiavam, uma maioria materializada em praticamente 70% dos entrevistados manifestava repúdio a esta hipótese. A alta taxa de ocupação de militares em postos do governo liderado por Jair Bolsonaro (Schmidt, 2022) indica essa relação, que repercute na associação entre as imagens das Forças Armadas e do governo que esteve no poder executivo nacional entre 2019 e 2022. Confiar no governo Bolsonaro significava, em alguma medida, uma maior abertura para a ideia de um regime militar vigorando no Brasil. Além da perspectiva adotada em relação às instituições democráticas, há uma dimensão que precisa ser averiguada no contexto das democracias contemporâneas, que diz respeito à comunicação política (Ribeiro, 2004; Manin, 2013). Autores como Nunes e Traumann (2024), a partir de pesquisas empíricas realizadas no Brasil nos últimos anos, afirmam a configuração de um novo ecossistema de comunicação política, baseado em bolhas de informação/desinformação e de polarização, que de alguma maneira acabam por desfigurar o debate público. Desse modo, o gráfico abaixo apresenta a relação entre a confiança nos meios de comunicação e o apoio a um hipotético governo militar nesse contexto.

Gráfico 5 - Confiança nos meios de comunicação e adesão à hipótese de um governo militar (%)



n=1204

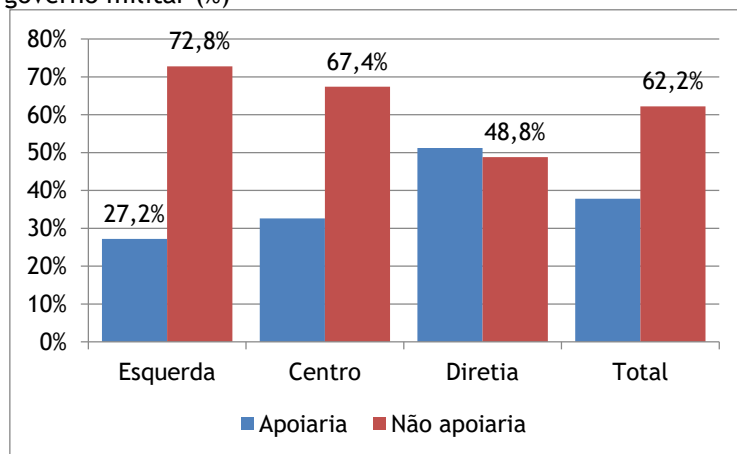
Fonte: Latinobarômetro (2020).

Quando analisamos os dados sobre a confiança nos meios de comunicação, percebemos que apenas 33% daqueles que afirmam ter "muita ou alguma confiança" na mídia expressam apoio à hipótese de um governo militar, enquanto a maioria, 67%, se coloca em posição contrária a esta possibilidade. Por outro lado, 40,40% dos que declaram ter "pouca ou nenhuma confiança" apoiam a ideia, enquanto 59,60% dos entrevistados deste grupo não apresentam simpatia em relação a tal situação hipotética. Essa análise nos revela um caminho instigante: à medida que a confiança nos meios de comunicação diminui, observa-se um aumento na aceitação da possibilidade de um governo militar.

Os dados remetem à ideia de que os indivíduos, especialmente aqueles que possuem pouca ou nenhuma confiança nos meios de comunicação, tendem a interpretar as coberturas midiáticas a partir da hipótese de "hostile media perception" (Gomes, 2016). Segundo esta teoria, as pessoas que se encontram fortemente vinculadas a certos temas, e polarizadas em suas posições, têm uma tendência a enxergar a mídia de forma negativa, percebendo-a como tendenciosa e contrária às suas próprias opiniões e posicionamentos políticos e ideológicos. Desse modo, "quanto mais polarizadas - em qualquer direção - forem as posições assumidas pelas pessoas em face de um certo número de questões, como aborto ou políticas sociais, mais baixa será a sua confiança na cobertura dos meios de comunicação sobre tais questões" (Gunther, 1988, apud Gomes, 2016, p.6). Ou seja, aqueles indivíduos com opiniões mais polarizadas tendem a desconfiar ou confiar menos nos meios de comunicação e ter uma compreensão mais avessa, tendo assim uma visão da mídia como uma força antagonista aos seus interesses.

Essa percepção relativa à mídia pode influenciar a forma como as pessoas interpretam e reagem às informações veiculadas. Desse modo, a ligação entre uma visão desfavorável da mídia e o apoio à ideia de um governo militar ressalta o impacto significativo destas opiniões sobre a mídia nas preferências políticas e na estabilidade da democracia, e este fenômeno tem sido observado na atualidade, abrindo margem para uma "mídia alternativa" que se alimenta de engajamento e radicalização política para manter sua relevância. Um outro aspecto da realidade que se torna importante de observar diz respeito à posição das pessoas no espectro ideológico, e de que forma isso pode repercutir sobre a adesão, ou não, à ideia de um governo militar no país. É precisamente deste ponto que o Gráfico 6 trata.

Gráfico 6 - Posição ideológica e adesão à hipótese de um governo militar (%)



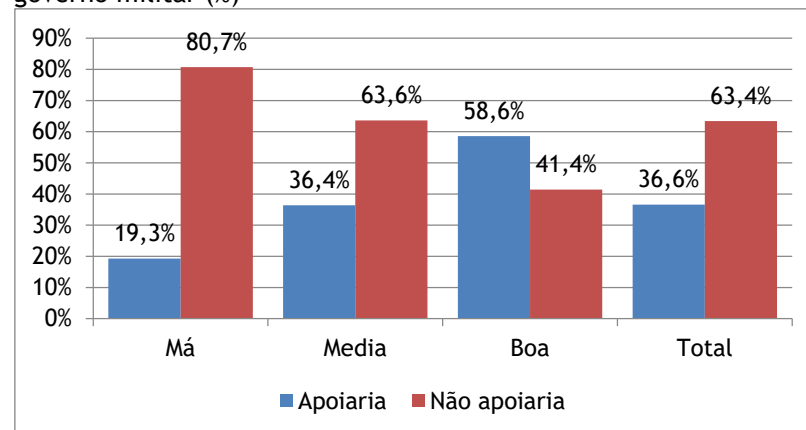
n=1204

Fonte: Latinobarômetro (2020).

Os dados acima apresentados trazem o comparativo entre participantes que apoiariam ou não a hipótese de instauração de um governo militar, a partir dos seus respectivos posicionamentos no espectro ideológico. Iniciando pelos entrevistados que se posicionaram como de esquerda, a maioria (72,80%) não apoiaria a hipótese de um governo militar. Maria da Glória Gohn (2001) sinaliza que os movimentos

sociais foram expressamente repreendidos durante o período do regime militar no Brasil. Cabe recordar que tais movimentos estiveram em sua maioria sendo vinculados à esquerda. Neles, havia intensa militância de trabalhadores e de uma juventude que por sua vez atuava dentro do movimento estudantil, que juntos criaram formas de resistir a tal regime. Já os participantes que manifestaram posições mais próximas ao centro em sua maioria (67,40%) também não apoiariam um possível governo militar. Isso pode se dar pelo conceito sinalizado por Bobbio (1995), no qual os ideais de centro são considerados ramificações entre posicionamentos mais próximos da direita e mais próximos da esquerda, podendo também ser uma lacuna entre os dois espaços e/ou uma síntese de ambas as partes, o que explicaria assim o não apoio a uma medida extrema como a instauração de um governo militar. Entretanto, a passagem da esquerda ao centro apresenta, comparativamente, um menor nível de repulsa à hipótese militarista. Por fim, os entrevistados posicionados como de direita apresentaram uma maior aceitação em relação a apoiar uma gestão de governo militarizado (51,20%). Antes de mais nada, cabe fazer uma ponderação a partir de uma reflexão como a trazida por Gentile (2018): o autor afirma que as alianças entre os movimentos neoliberais e a direita nacionalista podem coexistir e criar novas interações partidárias, defendendo a globalização, encaminhando sua agenda de políticas transnacionais e mesmo assim não compartilhar de ideários extremistas como os pregados por Jair Messias Bolsonaro, o então presidente do Brasil. Deste modo, os diferentes eixos do espectro ideológico não são necessariamente homogêneos. O fato é que independente da linha de seguimento, seja moderado ou mais extremo, quanto mais os entrevistados se aproximam da direita, maior a probabilidade de apoio à instauração de um governo militar. Além do posicionamento ideológico, outro aspecto importante a analisar diz respeito à percepção que a população possuía sobre o então presidente, defensor contundente do regime militar e líder de um governo composto, em grande proporção, por militares. O Gráfico 7 reúne números relativos à percepção de Bolsonaro por parte da população e um possível apoio a um governo militar em função dessa visão.

Gráfico 7 - Percepção de Bolsonaro e adesão à hipótese de um governo militar (%)



n=1204

Fonte: Latinobarômetro (2020).

À luz dos dados expostos no gráfico, uma tendência clara manifesta-se ao examinar a relação entre a percepção das pessoas no que concerne à figura de Bolsonaro e seu apoio a um governo militar. Observa-se que, entre aqueles que têm uma má percepção do presidente, apenas 19% manifestam apoio a um governo militar, enquanto 80% expressam sua oposição. Em contrapartida, os números revelam uma mudança gradual na proporção de apoio a um governo deste tipo à medida que a percepção de Bolsonaro melhora: 36% das pessoas com uma percepção média apoiam um governo militar, enquanto 63% se opõem; e entre aqueles que têm uma boa percepção de Bolsonaro, 58% manifestam apoio a um governo militar, enquanto 41% não apoiam. Esta relação é corroborada por observações empíricas, particularmente evidentes no período subsequente ao governo de Bolsonaro. Um exemplo notório foi a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, protagonizada por apoiadores do ex-presidente. Nesta ocasião, uma multidão bolsonarista promoveu ataques, invadiu e vandalizou propriedades públicas, enquanto clamava pelo encerramento das atividades do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, bem como pela reinstalação de Bolsonaro na presidência, e manifestava apoio explícito a uma intervenção militar (Ferreira; Galvão, 2023). Desse modo, o padrão observado no gráfico contribui para reforçar que tal evento é indicativo de um contexto político em que os apoiadores de Bolsonaro demonstraram uma firme inclinação favorável a medidas antidemocráticas e autoritárias.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos estabelecer uma melhor compreensão acerca da adesão à hipótese de um governo militar no Brasil a partir da ótica da cultura política e da opinião pública. A importância desta pesquisa remete à conjuntura de polarização e calcificação de posições políticas por parte dos brasileiros, que leva muitos, especialmente os extremistas de direita, a questionarem o regime democrático e seus resultados, a ponto de levarem a cabo uma tentativa de golpe de Estado, como ocorreu no famigerado 8 de janeiro de 2023, poucos dias após a posse do vencedor do pleito presidencial de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva.

Inicialmente, realizamos um teste do qui-quadrado para examinar variáveis que se associariam à adesão a um governo militar. O resultado apontou como dimensões relevantes estatisticamente: avaliação da economia; satisfação com a democracia; confiança nas Forças Armadas; confiança no governo; confiança nos meios de comunicação; autoposicionamento na escala esquerda-direita; e percepção sobre Bolsonaro. Em seguida, passamos a verificar de forma mais detida as referidas variáveis.

De modo geral, os resultados indicaram de maneira clara algumas tendências. A primeira delas é que, nas questões que de algum modo se vinculam à avaliação e confiança em relação a Bolsonaro e seu governo, quanto mais proximidade dos entrevistados de uma perspectiva positiva, maiores as chances de manifestarem adesão à hipótese de um governo militar no país. Os mais satisfeitos com a economia, os que mais confiavam no governo e os que expressavam uma percepção

mais positiva de Bolsonaro tendiam a apoiar mais a ideia militarista. A maior confiança nas Forças Armadas também correspondia positivamente a este apoio ao governo dos militares. Isto é, para além de suas prerrogativas constitucionais, parcela não desprezível dos brasileiros confia nos militares também para governar o país.

Além disso, um aspecto curioso dos achados da pesquisa indica que os mais satisfeitos com o regime democrático inclinavam-se mais à hipótese militar do que os menos satisfeitos. Provavelmente, a satisfação com a democracia, na conjuntura sociopolítica de 2020 correspondia, para parte considerável dos satisfeitos, à satisfação de ter o seu candidato preferido exercendo o poder no executivo nacional. Parece tratar-se, em boa medida, do mesmo perfil de indivíduos que confiavam no governo federal naquele contexto.

Por outro lado, os mais insatisfeitos com os meios de comunicação manifestaram, em maior proporção, apoio a um hipotético governo militar. Cabe recordar que um dos principais alvos de ataque e de tentativas de descredibilização do bolsonarismo ao longo dos últimos anos tem sido justamente a imprensa profissional, vinculada aos meios de comunicação tradicionais, frequentemente hostilizados não só pelos militantes de extrema-direita, como pelo próprio ex-presidente.

Por fim, quando examinado o espectro ideológico dos respondentes, encontrou-se uma tendência significativa de que quanto mais à direita o entrevistado se posicionava, maior a probabilidade deste indicar maior apoio à hipótese de um governo militar.

Deste modo, foi possível mapear as tendências de apoio a um regime militar a partir de variáveis de cultura política e opinião pública, com resultados que consideramos bastante expressivos. Adicionalmente às motivações já delineadas, é fundamental cada vez mais engendrar uma compreensão de um contexto marcado pela radicalização política dos setores bolsonaristas da sociedade como reflexo da emergência de agendas conservadoras e reacionárias que abrangem questões anti-LGBT, antiaborto, de enfrentamento simplista da pauta acerca da corrupção no país e a reafirmação dos costumes tradicionais, em paralelo ao crescimento da influência das lideranças políticas evangélicas. Por outro lado, os posicionamentos controversos de Jair Bolsonaro, como sua defesa da pena de morte (Correio do Estado, 2015) e da castração química para estupradores (Estado de Minas, 2022), adquiriram relevância à medida que a população expressava frustração com os representantes do *establishment* político. Esta insatisfação foi corroborada por pesquisas de opinião pública e pelo aumento das intenções de voto, nas quais Bolsonaro emergiu em 2018 como uma figura política não convencional, percebida como possuidora de vigor e determinação para assumir a liderança do país (Almeida; Garrido, 2022). Desse modo, essas propostas extremas são percebidas como uma alternativa ao *status quo* político, evidenciando uma radicalização política e o estabelecimento de um momento marcado pela polarização no que diz respeito à expressão política do Brasil (Nunes; Traumann, 2024). Tal estado de coisas

desemboca em uma visão autoritária, que se caracteriza pela aceitação de uma hipótese militarista, fragilizando ainda mais a democracia brasileira.

Infere-se também que, além do elemento religioso em sua campanha eleitoral, que muito rememorava o apoio de certos setores da igreja evangélica e católica ao golpe de 1964 com o pretexto de defesa da família e dos valores cristãos, a presença de lideranças militares na campanha de Jair Bolsonaro forneceu uma vantagem estratégica para sua candidatura, gerando a subsequente percepção de alinhamento entre as Forças Armadas e o seu governo. Essa “união de forças” não só se reflete como uma estratégia política e uma hipótese para o aumento do apoio a um governo militar conforme a percepção sobre Bolsonaro seja de maior aceitação, mas consequentemente nos faz questionar a complexidade das relações entre o poder civil e militar no Brasil contemporâneo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alberto Carlos; GARRIDO, Tiago (2022). *A mão e a luva: o que elege um presidente*. Rio de Janeiro: Record.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1965). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company (Inc.).
- ARTURI, Carlos Schmidt (2001). “O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro”. *Rev. Sociol. Pol.*, n. 17. Curitiba, pp. 11-31.
- BAQUERO, Marcello (2008). “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, pp 380-413.
- BAQUERO, Marcello (2006). “Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?” Em: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- BOBBIO, Norberto (1995). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3. ed. São Paulo: Unesp.
- BOBBIO, Norberto (2000). *Teoria Geral da Política*. 14ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier.
- BRASIL (1979). *Lei nº 6.683, de 28 de Agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências*. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 01 março.2024
- CASTRO, Henrique (2008). “Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre a América*, v. 2, n. 1.
- CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (Campinas/SP) (2018). *ONDA 5 - ESEB / 2018* [online]. Disponível em:

<https://www.cesop.unicamp.br/dehttps://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas/11>. Acesso em: 21 mar. 2024.

CNN BRASIL (2020). *Bolsonaro discursa em ato em frente ao quartel com pedidos de intervenção militar* [online]. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar/> . Acesso em 03/04/2023.

CODATO, Adriano Nervo (2006). “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, pp. 83-106.

DAHL, Robert (2001). *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UnB.

FERNANDES, Fernando Roque (2023). “O Regime civil-militar no Brasil e a opinião pública: da instauração à legitimação do golpe de 1964”. *Revista Territórios e Fronteiras*, [S. l.], v. 16, n. 1, pp. 92-106.

FERREIRA, Afonso; GALVÃO, Walder (2023). “Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília”. *G1*, 08/01/2023. Link: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml> . Acesso em 02/04/2024.

G1 (2020). *Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar*. Link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml> . Acesso em 03/04/2023.

GENTILE, Fabio (2018). “A direita brasileira em perspectiva histórica”. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, v. 25, n. 1, pp. 92-110.

GOHN, Maria da Glória (2001). *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 5. ed. São Paulo: Loyola.

GOMES, Wilson (2016). “Por que a mídia é tão parcial e adversária da minha posição? A hipótese da ‘hostile media perception’”. *Revista Compólitica*, v. 6 (1).

INGLEHART, Ronald (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

MANIN, Bernard (2013). “A democracia de público reconsiderada”. *Novos Estudos*, 97, pp. 115-127.

MOISÉS, José Álvaro (1995). *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.

- MUNCK, Gerardo; LEFF, Carole (1997). “Modes of Transition and Democratization. South America and Eastern Europe in Comparative Perspective”. *Comparative Politics*, v.29, n.3, pp. 343-362.
- NETO, Honório Silveira (1991). “Fundamentos do Estado Democrático de Direito”. *Revista da Faculdade de Direito*, n. 33, Belo Horizonte: UFMG, pp. 29-37.
- NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas (2024). *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: Harper Collins.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe (1988). *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice.
- PODER 360 (2022). “Foi um momento de progresso”, diz Bolsonaro sobre ditadura. Link: <https://www.poder360.com.br/governo/foi-um-momento-de-progresso-diz-bolsonaro-sobre-ditadura/> . Acesso em 22/11/2023.
- PUTNAM, Robert (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, Pedro Floriano (2004). “Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos”. *Rev. Sociol. Polít.*, 22, pp. 25-43.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (2014). “O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião”. *Revista Tempo*, v. 20, pp. 1-21.
- SCHMIDT, Flávia de Holanda (2022). “Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal”. *Nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Link: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/pubpreliminar/220530_publicacao_preliminar_presenca_de_militares_em_cargos_novo.pdf . Acesso em: 13/11/2024.
- SCHUMPETER, Joseph (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1961.
- SOUZA, Bruno Mello (2016). “Cultura política e capital social: uma revisão teórica acerca de dois conceitos centrais nos estudos de comportamentos e atitudes políticas”. *Conexão Política*, v. 5, n. 1, pp. 9-21.
- SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur (2017). “Legados culturais do autoritarismo: elementos para uma análise sobre o Brasil e a Argentina”. *Revista Memorare*, v. 4, pp. 129-144.
- UOL (2022). *Bolsonaro, sobre o golpe de 1964: Sem ditadura, 'seríamos uma republiqueta'*. Link: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>. Acesso em 22/11/2023.
- VIEIRA, Anderson (2020). Senadores reagem à atuação de Bolsonaro em ato que pediu intervenção militar. *Agência Senado*, 20/04/2020. Link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/20/senadores->

reagem-a-atuacao-de-bolsonaro-em-ato-que-pediu-intervencao-militar. Acesso em 03/04/2023.

VIZEU, Rodrigo (2019). *Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro*. 1. ed. Brasil: HarperCollins, 2019.

ZIMMERMANN, Ana Carolina (2023). “O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado”. *Hist. Historiogr.*, v. 16, n. 41, e2003, pp. 1-25.



Recebido em maio de 2024

Aceito para publicação em novembro de 2024